

**ESTADO NOVO E AS COMEMORAÇÕES DO DUPLO
CENTENÁRIO NAS COLÓNIAS***
**THE NEW STATE AND THE COMMEMORATIONS OF THE
DOUBLE CENTENARY IN THE COLONIES**

VÍCTOR BARROS
vbarros@fcsb.unl.pt
Universidade Nova de Lisboa, IHC, FCSH
<https://orcid.org/0000-0002-5727-1851>

Texto recebido em / Text submitted on: 18/07/2020
Texto aprovado em / Text approved on: 18/01/2021

Resumo:

Este artigo pretende indagar sobre a forma como o Estado Novo manejou nas colónias a comemoração do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal, solenizada em 1940. Num primeiro momento, o artigo sonda os arranjos formais dessa operação comemorativa, assim como os diversos entendimentos conexos produzidos. A segunda parte escrutina as diferentes feições da discursividade comemorativa aplicada nas colónias.

* As pesquisas que estiveram na origem deste artigo beneficiaram do apoio da bolsa de investigação da Fundação Calouste Gulbenkian. Agradeço aos dois revisores anónimos, pelas críticas, comentários e sugestões. Os meus agradecimentos vão igualmente para Nélida Varela, Neiva Varela, Danilo Duarte e Maria Augusta Semedo (Míma) pelas condições que me proporcionaram e que muito facilitaram a escrita deste artigo. Por fim, não menos importante, expresso aqui a minha dívida de gratidão para com a Ester de Paula Minga, pelo fino cuidado no trato, pela leitura atenta e a quem, com especial afeto, dedico este trabalho.

A hipótese deste estudo pode ser enunciada simplesmente assim: em contexto de dominação colonial e imperial, as comemorações históricas elucidam muito mais sobre o colonialismo e o regime político que o administra do que sobre a memória dos eventos que as próprias comemorações evocam.

Palavras-chave:

Usos públicos da história; Colónias; Duplo Centenário; Fundação e Restauração; Estado Novo.

Abstract:

This article investigates how the Estado Novo managed the commemoration of the Double Centenary of the Foundation and the Restoration of the Independence of Portugal, solemnized in 1940 in the colonies. First, I explore the formal arrangements of this commemorative operation, as well as the related compromises reached. Then, I examine the different features of the commemorative discourse employed in the colonies. The hypothesis of this study can be stated simply: in the context of colonial and imperial domination, historical celebrations elucidate much more about colonialism and the political regime that manages it than about the memory of events they evoke.

Keywords:

Public uses of history; Colonies; Double Centenary; Foundation and the Restoration; New State.

Introdução

A história nunca foi uma vã abstração, nem um luxo efémero. Ademais, vários recursos oferecem-nos disso provas visíveis. Os usos públicos que os regimes políticos fazem de determinados acontecimentos históricos ou períodos pretéritos da história nacional constituem, sem metafísica implícita, um bom exemplo disso. O fito deste artigo é indagar os termos dessa relação. Mais precisamente, trata-se de inquirir sobre os usos públicos da história nas colónias portuguesas em África durante o Estado Novo a partir de um evento historicamente situado: a comemoração do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal celebrada em 1940. O objetivo não é inventariar o repertório das

considerações supostamente benévolas desta celebração; nem destacar os embandeiramentos exóticos que uma comemoração histórica e temática – em torno da Fundação e da Restauração de Portugal – gerava quando executada nos territórios coloniais e entre populações tão dissemelhantes do espaço imperial português. O propósito deste artigo é realçar a forma como o Estado Novo manejou a semântica comemorativa da Fundação e da Restauração para induzir correspondências quase metonímicas entre o regime e os diferentes argumentos políticos e morais daquela celebração. Trata-se de deslindar a trama entre comemoração histórica e estratégias políticas de governar populações submetidas ao contexto de dominação colonial; mostrar como o passado histórico é transformado (em festa, comemoração) e administrado como matéria dócil do colonialismo no interior do projeto de poder imperial. A discussão do artigo estrutura-se em dois grandes momentos: no primeiro esboçaremos a problemática e o contexto da celebração em apreço, enfatizando algumas questões fulcrais (até contraditórias) que a constituíram; no segundo elucidaremos os desdobramentos da operação comemorativa, tomando como campo de observação analítica o império colonial português em África.

Mais do que sofisticação estilística (implícita na relação entre produção de comemorações históricas nas colónias e encenação de regimes de visibilidade pública do poder colonial), o Estado Novo investiu amplamente em África na glorificação do fabulário histórico nacional português (Barros 2019). Exemplos já estudados, embora poucos e avulsos, dão conta também do investimento feito na imagética e na monumentalização pública de alguns vultos viris e factos reputados como relevantes na construção do império (Ball 2018; Barros 2017; Barros 2015; Barros 2011a; Verheij 2011). Mas foi sem dúvida por intermédio de comemorações históricas que o Estado Novo produziu vastos aparatos efémeros e ostentou, tanto na metrópole como nas colónias, manifestações imperiais por vezes até oníricas de encenação de visibilidade do poder colonizador português (Barros 2019; João 2002; Catroga 1998).

Objetar-nos-iam alguns (e com razão) que as políticas comemorativas não constituíam uma originalidade exclusiva portuguesa e muito menos do Estado Novo. Desde o século XIX que, na Europa, as comemorações públicas foram transformadas numa espécie de “religião secular” capaz de fomentar o culto da nação, dos ‘grandes homens’ e dos factos considerados memoráveis (Catroga 1998; Mosse 1975). Em Portugal, estudos já consagrados de historiadoras como Maria Manuela Tavares

Ribeiro e Maria Isabel João ou de historiadores como Fernando Catroga e Sérgio Campos Matos corroboram com probidade que a produção de comemorações públicas antecede em larga medida a institucionalização do salazarismo: são exemplos disso as celebrações camonianas (1880), as comemorações henriquinas (1894), as festas do descobrimento do caminho marítimo para a Índia (1897-98), o centenário da conquista de Ceuta (1915), entre outros (Matos 2008; João 2002; Catroga 1998; Ribeiro 1993).

Todavia, é de salientar que sob o Estado Novo as comemorações públicas conheceram um impulso até então sem precedentes, tanto na metrópole como nas colónias (Barros 2019; João 2002). Refira-se ainda que as políticas comemorativas não constituíam uma exclusividade do sistema imperial português. Outros impérios coloniais também legaram para a fortuna da memória diversas celebrações executadas nos seus respetivos domínios ultramarinos (Faught 2011: 78-79; Jennings 2004; Cantier & Jennings 2004). As comemorações históricas contribuíram de forma substancial, em paralelo com outros dispositivos políticos e tecnologias culturais, para impor e inscrever a memória histórica da metrópole colonizadora à escala imperial, disseminando-a pelos espaços e nos imaginários das populações das colónias (Barros 2019; Barros 2012; Barros 2011). Tudo ocorria sem qualquer relação de reciprocidade, pois, entre o aparato visível das celebrações e o repositório de tradições locais, pouco importava que a aparência criada pelas comemorações não coincidissem com os lugares, com as memórias culturais das populações, nem com o rigor histórico dos acontecimentos evocados e comemorados publicamente (Barros 2019).

Esta revelação é de valor apreciável, sobretudo para compreendermos o valor heurístico, político, cultural e epistemológico desta outra revelação: no interior do potentado colonial, os usos públicos da história e da memória histórica da metrópole colonizadora não constituíam um brinde subalterno alheio às técnicas de gerir (com silêncio, inferiorização e impostura) a interpretação do passado das sociedades colonizadas. A primeira ilação que podemos colher disso tudo tolera, sem disfarce, esta interpretação: a história nunca foi, de facto, um recurso sem consequências. Mesmo quando a comodidade narrativa omite discordâncias (por vezes até lacunares) entre crónicas, factos, protagonistas, demarcações geográficas e cronologias, o passado nunca é usado como metáfora sem vida. Esta hipótese é fácil de averiguar, inclusive sem precisarmos de expiar nas sinuosidades da escrita ou enredar nas diversas redes de empréstimos. Basta instalarmos na sede

crítica da desconstrução dos labirintos memoriais e decompor a glosa das suas significações aparentes e ocultas, principalmente em contexto de dominação colonial e imperial. Isto porque, o uso do passado confina, por vezes, com a sua própria caricatura; e a inventividade da evocação é, na maioria das vezes, mais do que simples aparência. A comemoração do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal celebrada em 1940 na metrópole e nas colónias corrobora, com probidade, todas essas alusões.

A fábrica do Duplo Centenário de 1940: invenção, política e memória

Instalemos o cenário antes de entrarmos nos meandros dos protocolos cerimoniais. O Duplo Centenário de 1940 foi uma invenção, mais do que propriamente uma coincidência histórica documentalmente fundada. Vejamos por partes. O Estado Novo designou de Duplo Centenário a celebração pública de dois acontecimentos solenizados no mesmo ano (1940): oito séculos da Fundação de Portugal e três séculos de Restauração da Independência. A palavra Fundação reenviava para o tempo pretérito de afirmação de Portugal como reino e do seu primeiro rei D. Afonso Henriques (Mattoso 2015). A Restauração, por sua vez, remetia para a memória de uma outra ocorrência: a restituição do poder real português desvinculado da linhagem sucessória castelhana. Como é sabido, entre 1580 e 1640, Portugal esteve governado por uma monarquia dualista que o ligava aos reinos de Castela e Aragão (Espanha). O conceito de Restauração denotava, neste sentido, a reposição da linhagem portuguesa na sucessão da coroa com a aclamação do monarca D. João IV (1604-1656), ocorrida a 1 de dezembro de 1640 (Torgal 1982; Torgal 1981).

Historicamente, não foi sob o Estado Novo que a Fundação e a Restauração estavam a ser comemoradas pela primeira vez. Antes de 1940, três realizações comemorativas sustentam esta evidência: uma, realizada na igreja de Santa Cruz em Coimbra, a 6 de dezembro de 1885, para rememorar o «setimo centenario da morte do fundador da monarchia portugueza»⁽¹⁾; outra, solenizada a 20 de outubro de 1887 em Guimarães com a inauguração de uma estátua a D. Afonso Henriques,

(1) *O Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Extranjeiro*, 8.º Anno, Volume VIII, n.º 251, Lisboa, 11 de Dezembro de 1885, 279.

moldada pelo escultor Soares dos Reis (Rodrigues 1887: 282-284; Rodrigues 1887; Rodrigues 1885: 282); mais outra, em 1928, destinada a evocar o oitavo centenário da ascensão de D. Afonso Henriques ao poder com a batalha de S. Mamede e da fundação da nacionalidade (Andrade 2001: 200; Catroga 1998: 254-256). Por seu turno, o dia da Restauração (1.º de dezembro) trazia atrás de si uma longa tradição comemorativa. Segundo Maria da Conceição Meireles Pereira, apesar da efeméride ter sido usada pela imprensa absolutista desde a década de 1840 «como emblema da legitimidade antiliberal» (Pereira 2007: 132), foi a partir de 1861, com a criação da Comissão Central 1.º de Dezembro, que o uso cívico e político da memória da Restauração tornou-se mais expressiva⁽²⁾. Este novo vigor constituía uma consequência da cultura nacionalista empreendida nesse período contra a ideia de uma união entre Portugal e Espanha, propagandeada em várias revistas, jornais e folhetos (Costa 1940: 1), ideia essa que, segundo Sérgio Campos Matos, passou para a história como iberismo. Nesta sequência, o 1.º de dezembro foi transformado numa efeméride comemorativa de cariz cívica, patriótica e nacionalista (Matos 2017; Ferreira 2016; Andrade & Torgal 2012; Pereira 2010; Matos 2007, 2006; Andrade 2001; Catroga 1985)⁽³⁾.

A literatura sobre a Restauração é extensa (Torgal 1982; Torgal 1981). Mas não só. A própria Restauração foi objeto de interpretações contraditórias, tal como sublinha Luís Reis Torgal, adulteradas por realidades políticas que deformaram a sua história (Torgal 1989; Torgal 1981: 4; Torgal 1977: 23-24). Mas não nos vamos deter aqui a percorrer as sinuosidades desse enredo. O nosso propósito é indagar a forma como a memória da Restauração foi convocada em 1940 pelo Estado Novo, num contexto geográfico e situacional específico como o colonial e o imperial.

(2) A Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640 foi uma coletividade criada em 1861 por um grupo de homens de tendências políticas diversas, com o objetivo de promover em Portugal as celebrações patrióticas do 1.º de dezembro, dia da Restauração. As primeiras diligências para a sua criação tiveram início a 16 de maio de 1861 e o auto da posse data de 28 de julho desse mesmo ano. A partir de 1927, a Comissão muda de nome e passa a designar-se Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Manteve o propósito de comemorar a Restauração e outras datas nacionais de índole histórica, assim como a promoção do culto do amor pela pátria entre os portugueses. Veja-se a esse respeito Matos 2017: 117-129; Costa 1940: I-II e 1-6.

(3) Para mais detalhes sobre o iberismo veja-se Sérgio Campos Matos (Matos 2017). A *Revista de História das Ideias*, Volume 31, 2010, publicou um número temático intitulado 'Ibéria'. As contribuições indexadas ajudam a elucidar, com proveito, a forma como o assunto tem sido abordado nas suas mais diversas perspectivas e configurações histórico-geográficas.

Importa frisar desde logo que o colonial e o imperial não remetem aqui apenas para a natureza geográfica da questão em análise, mas sobretudo para a dimensão relacional do fenómeno. Porque o colonial e o imperial nunca devem ser entendidos como termos inócuos; tanto é que, como categorias ou lugares, tais noções traduzem uma condição: referem-se a modos específicos de relação, forjados e estruturados num vasto campo de forças a partir do qual a metrópole colonizadora prescrevia situações de exploração territorial e de imposição de estatutos de subalternidade às populações desses territórios. Por isso, mais do que demarcação geográfica, o colonial e o imperial eram, acima de tudo, formas características de relacionamento com determinados territórios, de conceber o valor da vida das suas populações e de representar os seus modos de existência. Deste ponto de vista, não podemos contemplar as comemorações nas colónias como fenómenos desvinculados do enredo dessas relações; nem como acontecimentos alheios ao quadro de poder e da condição colonial no interior da qual certas celebrações históricas foram concebidas e realizadas (Barros 2019: 44).

Chegado a este ponto, resta então perguntar: afinal, como foi fabricado o Duplo Centenário de 1940? O que fazia coincidir cronologicamente a Fundação e a Restauração da Independência de Portugal? Na verdade (e aqui apressamo-nos até a antecipar uma das conclusões deste artigo), tal sincronia não se escudava em nenhuma coincidência histórica rigorosa documentalmente fundada. Baseava-se apenas na vontade e na imaginação prosélita dos comemoradores: no fascínio pela sincronização temporal e no entusiasmo hipnótico pelo espetáculo da história, proporcionado pela evocação de episódios pretéritos da memória nacional. Em acréscimo, as comemorações estimulavam o público a imaginar a nação como comunidade (Anderson 2006) retratada, neste caso, no espetáculo da sua própria história. E como é sabido, no espetáculo da história os imperativos da veracidade cedem mais às necessidades da exibição do que ao rigor de uma objetividade instrutiva (Haffemayer, Marpeau & Verlaine 2012; Catroga 2001). Por isso, o desígnio principal não era produzir uma comemoração para elucidar e despertar nos homens e nas mulheres uma cultura histórica criticamente informada. O objetivo também não era divertir, produzir «a simples realização de festas, mais ou menos brilhantes, [e] a alegria efémera dos fogos de artifício ou dos balões venezianos» (Ferro 1939: 23). Como advertiu o então Diretor do Secretariado de Propaganda Nacional,

António Ferro, «seriam frívolas, inúteis, contraproducentes [...] as comemorações de 1940 se tivessem por mero objecto divertir-vos e fazer-vos esquecer outras preocupações» (Ferro 1939: 23). A poética implícita na coincidência cronológica destinava-se a atuar como um suplemento capaz de funcionalizar o exercício do poder do Estado Novo sobre as massas populares. O objetivo era inferir-lhes relações de correspondência entre o presente do regime e o passado que este intentava comemorar. Tal como escreveu António Ferro, «o que vamos festejar não é, portanto, apenas, o Portugal de ontem, mas o de hoje, não apenas o Portugal de D. Afonso Henriques e de D. João IV, mas o Portugal de Carmona e Salazar. Faltar-nos-ia até o ânimo, a energia para festejar essas datas gloriosas do nosso passado se o nosso presente não lhes respondesse, se não nos sentíssemos dignos delas» (Ferro 1939: 19).

Talvez não seja exagero afirmar que residia na justaposição combinada dos dois centenários toda a magia do evento. A justaposição contribuía para influenciar a interpretação e as inferências que a imaginação histórica dos indivíduos produzia através da interiorização de mensagens políticas e outros tipos de conteúdos culturais difundidos no ambiente social pelo espetáculo comemorativo. As palavras de João Ameal, autor afeto aos valores do Estado Novo, corroboravam este intento: «Portugal dará, no espectáculo edificante das condignas celebrações das suas vitórias de ontem a perfeita medida da sua capacidade fecunda para as vitórias de amanhã» (A. J. 1938: 30). Um dos propósitos daquelas comemorações era, segundo Salazar, «dar ao povo português um tónico de alegria e confiança em si próprio, através da evocação de oito séculos da sua História – que foram simultaneamente oito séculos da História do mundo, e através da solidez e eternidade da sua independência». Outro objetivo era conseguir «pelo entusiasmo criador levar os serviços públicos e particulares a acelerar o ritmo da sua actividade, com o intuito de afirmar a capacidade realizadora de Portugal, os seus serviços à civilização, e o contraste entre os nossos recursos sempre diminutos e os resultados obtidos, tantas vezes admiráveis» (Salazar 1943: 42-43).

Segundo Fernando Catroga, «não se errará muito se se defender que as comemorações do oitavo centenário da Fundação e do terceiro da Restauração de Portugal foram pensadas para pôr em cena a apoteose do regime [...]. Por isso, a evocação de datas que remetessem para a memória da *fundação* e da *refundação* ofereceria um bom pretexto para o desenho da imagem que o regime pretendia consolidar de si mesmo»

(Catroga 1998: 256-257, 266)⁽⁴⁾. As comemorações serviam ainda para produzir uma imagem positiva de Portugal como país de paz no contexto de uma Europa assolada pelo espectro da Segunda Guerra Mundial. Segundo António Ferro, o Duplo Centenário constituía, neste sentido, «uma oportunidade única de aumentar e consolidar o nosso prestígio, demonstrando em plena guerra a nossa paz, demonstrando que Portugal é o farol da Europa, o rochedo seguro no fragor da tempestade! Perder tal oportunidade seria falta de visão imperdoável, seria dar razão aos poucos que não acreditam ainda no nosso ressurgimento, na nossa fé»⁽⁵⁾.

Escudado no ideário de um Duplo Centenário, as celebrações pretendiam também enquadrar o trabalho dos indivíduos sob o Estado Novo e induzir-lhes em projeções imaginativas de ordem diversa. As exortações lançadas por António Ferro em 1938 confirmam esta hipótese: «O que se deseja é que vos convençais de que a fortuna da pátria está sobretudo em vós, na vossa fé, na terra infinita das vossas almas, onde há sempre tesouros escondidos! [...]. O que Salazar quer, o que o Governo deseja de vós é que o vosso esforço seja tão milagroso, tão criador que os portugueses de amanhã, os portugueses de 2040, sintam a necessidade imperiosa de celebrar, com entusiasmo e reconhecimento, o centenário de 1940, o centenário dos centenários!» (Ferro 1939: 23). Fica então aqui evidente o intento político de manusear as comemorações como artifício para enquadrar a ação dos indivíduos, inflamar-lhes fantasias e visões entusiastas, sitiadas entre o peso espectral do passado e a possibilidade de viver o presente e de imaginar o futuro sob a direção do Estado Novo.

Numa Nota Oficiosa publicada a 27 de março de 1938, Salazar aprovou a ideia da realização, em 1939 e 1940, das festas centenárias da Fundação e da Restauração. «Entendeu-se, segundo ele, que seria bem celebrar solenemente nos dois próximos anos as referidas datas, fundidas no mesmo significado de independência nacional e constituindo portanto um ciclo único de comemorações festivas» (Salazar 1943: 41; Salazar 1939: 2). A originalidade desta proposta não era da autoria de Salazar, mas sobre isso daremos detalhes mais adiante. De seguida, a portaria de 11 de abril de 1938 (atualizada a 2 de junho do mesmo ano) nomeou a Comissão Nacional dos Centenários incumbida de organizar e promover as comemorações; e o Decreto-lei n.º 26.087 de 28 de outubro não só

(4) Os itálicos são do original.

(5) *Revista dos Centenários*, Ano II, n.º 14, 29 de Fevereiro de 1940, 27.

manteve essa mesma Comissão, como definiu as suas atribuições⁽⁶⁾. Segundo Luís Oliveira Andrade, o plano geral dos festejos foi dividido em três épocas temáticas: *i*) a medieval, correspondente à Fundação; *ii*) a imperial, dedicada a exaltar a expansão e a existência do império colonial; *iii*) a época da Restauração (Andrade 2001: 228-246)⁽⁷⁾. A divisão não se destinava apenas a inflamar a imaginação histórica; nem estava investida apenas para gerar fantasias românticas e generalizantes em torno de períodos históricos considerados especificamente portugueses. As épocas temáticas constituíam uma estratégia de diversificar argumentos, produzir aparatos e manejar recursos visíveis capazes de estender o alcance das mensagens políticas do regime, proliferando no tempo e no espaço os valores culturais e morais que as comemorações poderiam, duma maneira ou doutra, ajudar a enraizar.

Como já referimos, o texto da Nota Oficiosa publicada em 1938 previa, inicialmente, duas celebrações em dois anos distintos: uma em 1939, para comemorar oitocentos anos da Fundação de Portugal (estribado no pressuposto de que 1139 era o marco fundacional); outra, em 1940, para solenizar o terceiro centenário da Restauração⁽⁸⁾. Se era este o indício, então, como surge a hipótese (inclusive historicamente forçada e imprecisa) de sincronizar e realizar, no mesmo ano, um Duplo Centenário? Na verdade, a insinuação já vinha de longe, mas só encontrou pleno acolhimento político com o Estado Novo (Andrade 2001: 192-228). Vejamos. Segundo uma Nota Justificativa publicada pela Sociedade Histórica da Independência de Portugal, a ideia de comemorar em 1940 o «Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal, 1140-1640-1940», surgiu em 1922 por iniciativa desta mesma coletividade (Costa 1940: I-II e 194-195). Em março de 1924, numa das sessões desta coletividade, o esboço de um programa apresentado para os anos de 1924 a 1940 incluía como um dos seus principais números, «promover em 1940 uma Festa ruidosa e com maior pompa possível [...], os Oito séculos de existência nacional e o 3.º Centenário da Restauração da Independência» (Costa 1940: 199-200). Ideia idêntica, apontando inclusive para a mesma data, veio novamente à tona poucos anos depois.

(6) *Diário do Governo*, I Série, Número 250, Sexta-feira 28 de Outubro de 1938.

(7) Entre maio de 1939 e dezembro de 1940, o programa oficial das comemorações conheceu várias modificações, emendas e adaptações sucessivas (Andrade 2001: 228-246).

(8) *Revista dos Centenários*, Ano I, n.º 1, 31 de Janeiro de 1939, 2.

A 20 de fevereiro de 1929, o escritor Agostinho de Campos deu a conhecer no jornal *Diário de Notícias* um artigo intitulado «1140 – 1640 – 1940». Nesse texto (bem sugestivo, como o próprio título indica), Campos publicou uma carta intitulada «Um Português Ausente de Portugal», proveniente da pena do embaixador Alberto de Oliveira, então Ministro de Portugal em Bruxelas. Nessa carta, Oliveira sugeria a escolha de uma data para comemorar «com grande solenidade e a suficiente preparação»⁽⁹⁾ os oito séculos da fundação de Portugal (Campos 1939: 9). O foco central da proposta era estimular a hipótese de se estabelecer um arranjo de modo a fazer coincidir deliberadamente a cronologia: segundo Oliveira, a data de 1140 tinha «a vantagem de coincidir centenariamente com a de 1640, data da independência restaurada; e, assim, poderíamos celebrar a grande comemoração em 1940, isto é, daqui por onze anos, com muito tempo, portanto, para nos preparamos devidamente». Disso, validada, emergiria um centenário que seria festejado em Portugal, nas colónias e noutros territórios onde havia núcleo de portugueses (Campos 1939: 9). Decorrido quase uma década, a sugestão da carta de Alberto de Oliveira (aprovada por Agostinho de Campos no *Diário de Notícias* em 1929) foi acolhida pelos homens do Estado Novo: por um lado, a portaria de 11 de abril de 1938, assinada por Salazar, nomeou o embaixador Alberto de Oliveira como Presidente da Comissão incumbida de promover as comemorações do Duplo Centenário; por outro, a *Revista dos Centenários* (periódico oficial da referida Comissão) reproduziu logo no seu número inaugural, em janeiro de 1939, a carta onde Alberto de Oliveira sugestionara 1940 como ano para a evocação centenária da Fundação (apontada por ele para 1140) e da Restauração (1640)⁽¹⁰⁾.

Contudo, há ainda um problema que carece de maior índice de precisão. Se era óbvio que (pela exigência histórica e cronológica) o

(9) Os itálicos são do original.

(10) *Revista dos Centenários*, Ano I, n.º 1, 31 de Janeiro de 1939, 9-10, 25. Alberto de Oliveira (1873-1940) foi poeta, escritor e diplomata, tendo representado Portugal em vários países e missões (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume XIX: 348-349). Segundo Maria Isabel João, «Em dezembro de 1920, [Alberto de Oliveira] tinha sido enviado como embaixador com a missão especial de representar Portugal nas festas do quarto centenário do descobrimento do Estreito de Magalhães, promovidas pelo governo do Chile». Foi Presidente da Comissão incumbida de promover as comemorações do Duplo Centenário, mas «as condições de saúde não lhe permitiram assumir o encargo de comissário geral e acabou por falecer a 23 de abril de 1940, sem poder ver realizado o projeto que tinha contribuído para desencadear» (João 2002: 209).

evento da Restauração remetia para uma data precisa – 1.º de dezembro de 1640, perfazendo de facto em 1940 o seu terceiro centenário; em contraste, a determinação exata do facto histórico da Fundação (o dia e o ano) colocava sérios problemas. Segundo Luís Oliveira Andrade, «Comemorar o VIII Centenário da Fundação de Portugal em 1940 implicava que 1140 fosse a data de um acontecimento histórico apurado e de reconhecida importância»; mas «a questão da determinação do facto histórico a partir do qual Portugal perfazia 800 anos de existência durante o ano de 1940, nunca foi muito bem resolvida» (Andrade 2001: 201). Além de nenhum evento significativo específico ter sido indicado para o ano de 1140⁽¹¹⁾, pairavam à volta da fundação diferentes probabilidades interpretativas e alusões cronológicas que complexificavam a sua fixação rigorosa: 1128, 1139, 1143, 1179. De facto, nenhuma dessas outras referências alinhava centenariamente com 1940 (Andrade 2001: 201-204). Alguns promotores do Duplo Centenário estavam plenamente informados acerca dessas indeterminações; inclusive, aludiram-nas em diferentes ocasiões, mas sempre com o propósito de desvalorizar o peso da espessura da imprecisão histórica e impor a coincidência cronológica desejada: 1140-1640-1940.

Por exemplo, num artigo publicado no jornal *Diário de Notícias* de 17 de junho de 1938, António Ferro explanou o que constituiriam as comemorações de 1940 no conteúdo das suas datas: «Para além dessas datas, iluminado pelo seu fulgor, o panorama que se descobre atinge a nossa época, alcança os nossos dias, 1140 (1139 foi o seu prólogo...) explica 1640, como 1640 prepara 1940. São três anos sagrados da nossa história, o ano do nascimento, o ano do renascimento e o ano apoteótico do ressurgimento!» (Ferro 1939: 19)⁽¹²⁾. Dois anos depois, desta vez em plena

(11) Segundo Luís Andrade Oliveira, a opção por esse ano devia-se apenas ao facto de 11 de abril de 1140 ser a data que figura num documento, até aí conhecido, em que D. Afonso Henriques aparecia com o título de Rei. Como se tinha consciência, e daí os comemoradores preferirem a omissão, o documento nem sequer era um auto escrito da fundação, nem era um diploma que reportava à proclamação de D. Afonso Henriques como Rei de Portugal. «Tratava-se de um documento referente a um ato de administração da Chancelaria, e era apenas o documento conhecido com a data mais recuada. Nada garantia que não aparecesse outro mais antigo. E mesmo que não se descobrisse, ainda assim não se provava que não tivesse existido, embora perdido» (Andrade 2001: 201, *vide* ainda: 202-204).

(12) Além da sua publicação inicial no *Diário de Notícias*, o mesmo artigo foi reproduzido no primeiro número da *Revista dos Centenários*, Ano I, n.º 1, 31 de Janeiro de 1939, 19-23. É nesta segunda fonte que o colhemos e para a qual a referência aqui citada remete.

pompa das comemorações, o espectro da cronologia e da coincidência centenária forçada continuava a pairar entre os comemoradores. No Discurso Inaugural das Comemorações Centenárias, pronunciado na Assembleia Nacional em sessão solene na noite de 2 de junho de 1940, o então Presidente da Comissão Executiva dos Centenários, Júlio Dantas, não conseguiu furtar-se do problema. Dantas não só elencou as diferentes datas já mencionadas (sem exacerbar o teor do problema, nem se imiscuir em polémicas históricas), como também recomendou de forma enfática que «1140» seja admitido para o consenso e passasse a ser, a partir daí, inculcado e reproduzido para as crianças. Foi, portanto, com este argumento (de certo modo ambíguo) que Dantas tentou mitigar o teor da querela, parecendo até querer fixa-la para a posteridade:

Minhas senhoras e meus senhores: Nós estamos hoje aqui para lavar a nossa certidão de nascimento e de baptismo. Chamamo-nos Portugal e nascemos há oito séculos. Em que ano? Em 1128, quando a separação da mãe rainha e do filho infante traduz, num símbolo dramático, a separação definitiva da Galiza e da Província portuguesa? Em 1139, quando os barões, fiéis à tradição do código visigótico, elegem o rei e o levantam nos escudos? Em 1140, quando começam a surgir (com uma ou duas excepções apenas) os diplomas em que Afonso Henriques se intitula rei? Em 1143, data do reconhecimento *de jure* pelo suserano, Afonso VII de Leão? Em 1179, data da bula em que o papa Alexandre III confirma a posse do reino e o título real à estirpe de Borgonha? O que importa, para fixar o momento da fundação da nacionalidade, não é a existência de direito; é a existência de facto. E a existência de facto (tanto quanto nos permite afirmá-lo a origem imprecisa das nações medievais) verifica-se a partir de 1140. Porque se formara já – nesse recente condado de limites territoriais flutuantes – uma forte consciência nacional? Seria ousado supô-lo. Mas já havia um rei, e já havia um reino. Fixemos, pois, pragmaticamente em 1140 o aparecimento da Nação portuguesa, – e festejemos essa data, hoje e no decurso das gerações. As nações, como os homens, precisam de saber quando nasceram. Que os pedagogos repitam às crianças, que as mães murmurem aos filhos: «1140»! O que importa, nas grandes datas nacionais, é o potencial de energias que elas traduzem (Dantas s. / d.: 164-165)⁽¹³⁾.

(13) Os itálicos são do original. Sobre os usos públicos que Júlio Dantas faz da história e da historiografia portuguesa veja-se por exemplo Silva 2011.

Apesar das indeterminações históricas que pairavam, o Duplo Centenário estava fabricado; e o consenso desejado estava tacitamente instalado. A aparência de uma coincidência cronológica tinha, como podemos depreender, maiores possibilidades de gerar impressões fantásticas: de fervilhar a imaginação histórica passadista, produzir emoções e inflamar nos indivíduos a ideia de um entusiasmo coletivo. O intento era que as comemorações gerassem a crença pública na ideia de um «ressurgimento» (Ferro 1939: 19) em curso sob a superintendência do Estado Novo. Mas a aparência desse ‘ressurgimento’ estava a ser induzido à custa de atropelos ao rigor histórico. Neste sentido, a informação histórica estava a ser manejada com o fito de tornar funcional o exercício do poder do regime sobre as populações, irrigando por vias até subtis outras geometrias de subordinação, como no campo da relação conjugal, familiar e doméstica. Tanto assim é que o reparo de António Ferro confirma este asserto.

Ferro destacou, por exemplo, a forma como os homens e as mulheres deviam contribuir no empreendimento comemorativo, considerando para tal os lugares e os papéis que lhes estavam prescritos pela moralidade implícita da ordem social dominante: dos homens esperavam-se realizações atuantes na esfera pública (nas indústrias, fábricas, comércio, agricultura, restauro de obras, cátedras universitárias, artes, serviços públicos e privados, comunicação pública, exército, entre outros); às mulheres foram solicitadas tarefas domésticas e gestos devotos, ideados como características naturais específicas do género feminino no domínio da vida conjugal, familiar e social. Elas eram, segundo António Ferro, «as almas dos homens!», razão pela qual

Saberão ajudá-los, estimulá-los para essa guerra alegre, pacífica das comemorações! Não só lhes darão a coragem necessária para que o seu entusiasmo não esmoreça, como celebrarão as comemorações nos seus próprios lares, alindando-os, remoçando-os, enchendo-os de flores, aproveitando até o pretexto para obrigar os maridos, os pais ou os irmãos a dar-lhes o necessário para mudar as cortinas daquela janela ou mandar pulir o tampo da velha mesa [...]. Assim, todos se irmanarão no mesmo sonho, trabalhando para o mesmo fim, todos serão utilizados na preparação da apoteose [...] das comemorações! (Ferro 1939: 22-23)⁽¹⁴⁾.

(14) Sobre o Estado Novo e o lugar das mulheres na sociedade veja-se por exemplo Neves & Calado 2001; Pimentel 2001; Belo, Alão & Cabral 1987.

Esta passagem é eloquente. Além de sugestionar lugares e tarefas, estava a inculcar para o público formas de relações familiares e de género tidas como socialmente exemplares. Isto prova que, afinal, uma comemoração nunca é um disfarce da vida social; nem é algo desvinculado do imaginário político-cultural e da estrutura normativa onde a própria operação comemorativa é concebida, caldeada e praticada. Qualquer comemoração é sempre um jogo codificado de disfarces onde o próprio disfarce é real: o real que espelha a forma como cada um ocupa um lugar que lhe é consignado por diferentes códigos, discursos, alegorias ou representações. Neste sentido, o excerto acima transcrito era uma mensagem sobre a consignação de lugares que, no disfarce da comemoração, os homens e as mulheres deviam ocupar no campo real da vida social. Tratava-se aqui de lembrar ao público qual era o modelo idealizado de relação conjugal validado tanto no espaço social, como no doméstico. Assim colocada, a mensagem contribuía para reforçar o repertório das convenções normativas que, servindo para hierarquizar a estrutura social, acabavam por naturalizar as relações de género e enquadrá-las até nos seus aspetos domésticos e quotidianos mais prosaicos. Por isso, comemorar é expor, dar a ver: é inculcar no imaginário dos indivíduos um agregado complexo de significações.

Duplo Centenário nas colónias

As celebrações do Duplo Centenário foram inauguradas no dia 2 de junho de 1940 e encerradas a 2 de dezembro do mesmo ano. O repertório previa seis meses de atividades comemorativas (Andrade 2001: 204-282). Os dias de abertura e de encerramento oficial (2 de junho e 2 de dezembro respetivamente) deviam ser observados de forma análoga, com sessões solenes em todas as câmaras municipais da metrópole e do império (Catroga 1998: 256-271). A comemoração não foi ideada sem a componente colonial e imperial, e o leitor constatará-lo-á com limpidez porque a Nota Oficiosa de março de 1938 não escondeu esse desígnio. Como escreveu Salazar, «Não é preciso dizer que os centenários, como grande festa de família, não interessam só à capital; a província, as ilhas, todos os domínios têm de participar nela» (Salazar 1939: 3). Basicamente, desde outubro de 1938, estabeleceu-se que os governos das colónias iam «nomear comissões, que terão o encargo de promover ali as comemorações do Duplo Centenário

da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal»⁽¹⁵⁾. Assim, em 1939, foram nomeadas diversas comissões comemorativas coloniais em África e no Oriente. Em colónias geograficamente mais extensas como Angola e Moçambique, além da comissão central, foram também criadas comissões provinciais, locais ou especiais, representativas dos diferentes setores da atividade colonial: a função destas era colaborar com a comissão provincial na promoção e na expansão dos festejos. As comissões locais estavam vinculadas à autoridade central do Governador de cada colónia; e todas eram constituídas e lideradas por homens, inclusive até em setores especiais femininos como o Instituto Feminino ou o Colégio Feminino de Lourenço Marques, Moçambique⁽¹⁶⁾.

Ora, não foi só no ato de estender a comemoração da metrópole para as colónias que estas foram implicadas nos festejos do Duplo Centenário. A festa devia inspirar de forma imbricada a assunção de uma herança suscetível de traduzir, simultaneamente, o culto da pátria e do império (Catroga 1998: 257). Aliás, é característico das comemorações suscitar concatenações entre herança, identidade, história e memória (Zerubavel 2012: 19; Cubitt 2007: 214-222; Ricoeur 2000: 108-109; Gillis 1996: 3-24; Lowenthal 1996: 41-57; Halbwachs 1994: 110-113; Nora 1992: 975-1012). Na esteira deste entendimento, as comemorações do Duplo Centenário idearam por exemplo a história, a memória e a suposta identidade colonial e imperial portuguesa sob diferentes aspetos. Desde logo, pela inclusão do Brasil como convidado especial dos festejos. A escolha não era inócua, nem deixava dúvidas quanto ao fundo propagandístico do propósito: ter o Brasil não apenas como «hóspede de honra, mas como família» constituía um artifício capaz de suscitar no imaginário popular uma imagem histórica positiva e benévola acerca da suposta capacidade de Portugal como país colonizador. Como denotam as palavras de Salazar, a presença daquela ex-colónia nas celebrações era a garantia empírica a partir da qual «o Mundo» seria «testemunha do que é o Brasil na História portuguesa – uma das suas páginas mais belas e a sua mais extraordinária realização, e do que é Portugal para o Brasil – a fonte inicial da sua vida, a Pátria da própria Pátria» (Salazar 1939: 3)⁽¹⁷⁾. O império esteve também

(15) *Boletim Geral das Colónias*, Ano XIV, n.º 161, Novembro, 1938, 106.

(16) *Idem*, Ano XV, n.º 169, Julho, 1939, 182; *Idem*, Ano XV, n.º 176, Maio, 1939, 64; *Idem*, Ano XV, n.º 164, Fevereiro, 1939, 51-53; *Idem*, Ano XIV, n.º 161, Novembro, 1938, 106.

(17) Refira-se que as estratégias de induzir inferências celebrativas entre Portugal e Brasil têm uma longa tradição política, intelectual e cultural que antecede em larga

presente através da Exposição do Mundo Português, inaugurada a 23 de junho de 1940: a Secção Colonial deste ostentoso evento funcionou como uma vitrina de encenação da ‘realidade africana’, com aldeias fabricadas, exibição de indígenas, cenas pitorescas e diversos outros conteúdos que remetiam para a ideia de império e para a suposta grandeza de Portugal vista através da história da colonização e do presente do colonialismo estado-novista (Vargaftig 2016; Matos 2012; Garcia 2011; Corkill and Almeida 2009; João 2002; Cunha 2001; Acciaiuoli 1998; Thomaz 1997).

O passado e o presente das colónias foram justapostos como corolários de um tempo linear, caldeado desde os primeiros momentos da Fundação de Portugal. Logo, o Portugal do Estado Novo devia ser visto como uma síntese entre o Portugal imperial e o Portugal do tempo da Fundação. Neste enlace, a missão colonizadora devia ser interpretada como uma predestinação histórica, proveniente desde o início no bojo da própria Fundação. Como Manuel da Cruz Boavida escreveu, «o Espírito missionário de Portugal [...] revelou-se na Gente Lusa desde o condado portugalense, tendo presidido à transformação dêste em nação e, como a História no-lo ensina, continuou a animar, sempre, o heroico Povo português. Pode, mesmo, afirmar-se que foi êsse espírito que levou Portugal às Descobertas» (Boavida 1939: 425). Os promotores do Duplo Centenário não prescindiram de suscitar e estabelecer diversas correspondências mnemónicas entre Fundação e Restauração de Portugal e as colónias. Como aliás Teixeira Botelho afirmou, as «comemorações nacionais ficariam incompletas se se deixassem à margem as colónias, orgulho e razão de ser do Império. A omissão, se se desse, que não podia dar-se, magoaria o sentimento nacional»⁽¹⁸⁾.

O desejo de estabelecer uma correspondência comemorativa entre Portugal e o império ficou também explícito na imposição de um idioma cerimonial comum que devia ser observado, no mesmo dia e ao mesmo tempo, na metrópole e em todas as colónias. O programa prescrevia que a inauguração solene dos festejos decalcasse, na metrópole e por todo o império, os mesmos protocolos formais, os mesmos ritos litúrgicos e as mesmas operações cerimoniais: por exemplo, no dia 2 de junho de 1940,

medida a cronologia do Estado Novo. Sobre esse assunto veja-se com proveito Oliveira 2014; Paredes 2013; Silva 2013; Paulo 2000.

(18) “Discurso do Sr. General Teixeira Botelho, Presidente do Congresso Colonial”, in *Congresso do Mundo Português*, Volume XIX, *Programas, Discursos e Mensagens*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940, 200.

as festas foram iniciadas na metrópole com alocução eucarística – *Te Deum* – na Sé de Lisboa, sessão solene na Assembleia Nacional e cerimónias na Câmara Municipal de Lisboa⁽¹⁹⁾; pelo império foram também realizados atos religiosos – *Te Deum* – nas sés, igrejas e capelas de todas as colónias, sessões solenes nas câmaras municipais das capitais coloniais e doutros fogos urbanos importantes com a presença das autoridades oficiais e outras distintas figuras da administração colonial⁽²⁰⁾.

Mas foi de facto no dia 4 de junho que a fantasia pela sincronização do idioma cerimonial entre a metrópole e as colónias teve a sua encenação mais onírica e espetacular: nesse dia, a partir da cidade de Guimarães (considerada terra das origens remotas de Portugal), as autoridades inauguraram as festas do ciclo medieval da Fundação, e a cerimónia foi transmitida pela Emissora Nacional Portuguesa, para todo o império. De Guiné a Timor, passando por Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Índia Portuguesa e Macau, as comemorações foram seladas com fórmulas análogas: missas solenes em todas as igrejas centrais a paroquiais; repiques de sinos; exaltações de viva a Portugal e ao seu Governo; louvores a Óscar Carmona e a Oliveira Salazar; hastear da bandeira da Fundação nos edifícios públicos, salvas de artilharia, descargas de infantaria ou girândolas de foguetes, bandas de música a executarem o hino nacional português; sessões solenes nas câmaras municipais e noutros espaços da administração dirigidos por governadores provinciais ou encarregados do governo-geral, principalmente nas colónias de maior extensão geográfica como Angola, Moçambique e Guiné⁽²¹⁾.

(19) *Revista dos Centenários*, Ano II, n.º 18, 30 de Junho de 1940. As comemorações do Duplo Centenário ficaram marcadas por uma forte componente religiosa. Duas razões mais imediatas (mas há outras) ajudam a explicar esse facto. Primeiro: à narrativa da fundação era por vezes associada uma certa mística religiosa (de matriz católica), com o argumento de que o ato fundador não resultara apenas da ação humana. Segundo: a 7 de maio de 1940 (quase um mês antes da abertura oficial das comemorações) foram assinados no Vaticano a Concordata e o Acordo Missionário entre Portugal e a Santa Sé. Sobre o papel da igreja nas comemorações veja-se Brito 2011.

(20) *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVII, n.º 187 (Dedicado às comemorações centenárias da Fundação e da Restauração Nacional, na Metrópole e no Império, 1140, 1640, 1940), Janeiro, 1941, 254-288.

(21) *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVII, n.º 187 (Dedicado às comemorações centenárias da Fundação e da Restauração Nacional, na Metrópole e no Império, 1140, 1640, 1940), Janeiro, 1941, 254-288; Comissão Executiva dos Centenários, *Programa Oficial das Comemorações Nacionais. Ano de 1940, Nova Edição, Revista*. Lisboa: Publicado pela Secção de Propaganda e Recepção, 1939: 3-4.

À escala imperial foram executados todos esses atos acima repertoriados, assim como outras atividades mais lúdicas e menos formais⁽²²⁾. Mas foram as fórmulas religiosas (o *Te Deum*), assim como as sessões solenes nos principais espaços de representação do poder colonial (câmaras municipais, paços do concelho, palácios dos governadores, delegações) que predominaram como ritos comemorativos em todas as capitais e centros provinciais das colónias. Além dos dias comuns (de inauguração e encerramento do Duplo Centenário), a festa no império ficou também marcada por eventos pontuais, geograficamente dispersos no tempo e no espaço. As celebrações abarcaram uma ampla audiência, principalmente nos dias mais solenes. Segundo relatos coevos, nas comemorações tomaram parte não apenas as autoridades (administrativas, religiosas, eclesiásticas e militares), como também o corpo consular sediado nas colónias, os funcionários, os representantes das corporações e das associações comerciais, os agentes da imprensa, a população geral (nativos e colonos), as delegações escolares, os líderes e filiados da Mocidade Portuguesa, crianças e alunos das diferentes escolas, etc.⁽²³⁾.

Apesar da ambição de disseminar as celebrações um pouco por toda a parte, foi sobretudo nas capitais (centros do poder e lugares simbólicos da autoridade colonial) que as festividades atingiram as suas demonstrações mais espetaculares e opulentas. Por exemplo, uma das cerimónias realizadas em Moçambique ilustra com prodigalidade a pompa colonial do Duplo Centenário. Transcrevamos na íntegra o testemunho legado por uma das fontes escritas da época:

Na noite de 3 de Junho, à hora em que, no Castelo de Guimarães, se acendiam as fogueiras para a Velada da Fundação, também aqui,

(22) *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVII, n.º 187 (Dedicado às comemorações centenárias da Fundação e da Restauração Nacional, na Metrópole e no Império, 1140, 1640, 1940), Janeiro, 1941, 254-288; *A Colónia de Cabo Verde, Número Único e Especial: Folha Comemorativa da Passagem do Duplo Centenário da Fundação e Restauração da Independência de Portugal*, Praia: Minerva de Cabo Verde, 1940; *Notícias da Beira*, n.º 2557, 2 de Dezembro de 1940, 1; *Moçambique – Documentário Trimestral*, n.º 23, Julho – Agosto – Setembro, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1940, 139-140; *Moçambique – Documentário Trimestral*, n.º 22, Abril – Maio – Junho, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1940, 93-101; Matos, Ed. Correia de (1940). “Comemorando duas datas”, *Moçambique. Documentário Trimestral*, n.º 22, Abril – Maio – Junho, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 5-8.

(23) *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVII, n.º 187 (Dedicado às comemorações centenárias da Fundação e da Restauração Nacional, na Metrópole e no Império, 1140, 1640, 1940), Janeiro, 1941, 254-288.

nesta remota terra portuguesa, se acendiam em Lourenço Marques, Nampula, Quelimane, Moçambique, Tete, Pôrto Amélia e António Enes, fogos votivos da Pátria. O acender destes fogos votivos foi precedido da corrida da «Chama da Pátria», chama recolhida em locais assinalados na história do descobrimento, conquista e ocupação de Moçambique. Simbolicamente, a «Chama da Pátria», ateadada por um velho colono, foi passada a estafetas, representando a geração moça, para ser, finalmente, entregue a uma criança. Assim a «Chama da Pátria» tem, ao longo dos séculos, passado viva, generosa e ardente, de geração em geração – e assim ao longo dos séculos continuará passando, ardente e nunca extinta. Em Lourenço Marques, a corrida da «Chama da Pátria» efectuou-se sobre um percurso de 35 quilómetros, desde Marracuene, no local onde se ergue o monumento aos combatentes do Quadrado, até o monumento à Pátria, na Praça Mac-Mahon. Foi uma cerimónia impressionante, num ambiente de religiosidade e emoção. Ao acender-se o lume votivo, o Orfeão do Rádio Clube entoou, no silêncio comovido da multidão, um famoso coral – a «Oração à Chama», composição musical de Belo Marques e letra de Caetano Campo. Depois, os ternos de corneteiros fizeram o toque de recolher. Durante a noite, uma fôrça do Exército velou o fogo votivo que só foi extinto na manhã do dia 4, após a alvorada simbólica. O hastear da bandeira de Afonso Henriques foi um outro momento de profunda emoção. A vasta Praça Mac-Mahon – onde a bandeira ia ser hasteada, perante o monumento à Pátria – apresentava um aspecto imponente, com as concentrações das fôrças militares, escolas, associações, estandartes e a população rodeando, compactamente, a Praça. Quando o sinal de Guimarães chamando todo o Império começou a ouvir-se, fez-se um silêncio profundíssimo. Em todos os olhos brilhavam lágrimas, todos os rostos se crispavam de emoção contida. Lentamente, a 1.^a Bandeira de Portugal, içada por S. Ex.^a o Governador Geral, começou elevando-se. E, de súbito, toda a intensa comoção que dominava os milhares de portugueses ali reunidos num grande acto de fé na Pátria evadiu-se, libertou-se num clamor triunfal. Aos sons da «Portuguesa», cantada pelo Orfeão do Rádio Clube e tocada pela Banda de Música do Clube Desportivo Ferro-Viário, juntaram-se gritos, aclamações, palmas. Uma grande revoada de bandeiras da Cruz Azul elevou-se da multidão. Aviões cruzavam sobre a Praça, lançando bandeiras e flores. As salvas de artilharia, os toques de clarins e cornetas, foguetes, apitos – produziram um clamor frenético de exultação e apoteose. Seguiu-se a deposição de

flores no monumento, depois o desfile geral. Após êste, a população correu a juncar de flores o monumento⁽²⁴⁾.

A ideia de sincronizar comemorativamente a metrópole e as colónias e o protocolo de decalcar à escala imperial as mesmas cerimónias oficiais foram prescritos, fundamentalmente, para os dias considerados como momentos-chave do Duplo Centenário: 2 e 4 de junho de 1940, para a abertura formal dos festejos e a inauguração do ciclo medieval, respetivamente; 1 e 2 de dezembro do mesmo ano para os atos oficiais de encerramento. Essa pretensão para sincronizar comemorativamente territórios dispersos entre si, que têm tempos distintos e populações tão heterogêneas (que inclusive não tinham o mesmo estatuto dentro do mesmo sistema imperial), não passava de uma quimera, uma fantasia. Mas essa pretensão pela sincronia detinha uma eficácia simbólica e operativa que atuava para além do seu valor de verdade, sobretudo como potência onírica e virtualidade expressiva suscetível de gerar (no momento da operação cerimonial) a ideia hipnótica de unidade imperial e de hipotética sintonia entre as populações da metrópole e das colónias.

Evocar a Fundação e a Restauração ou comemorar a vida física do colonialismo?

Um outro aspeto que ressalta desse desejo de sincronia comemorativa é a problemática do tempo, na sua dupla aceção, histórica e geográfica. Em bom rigor, os tempos cerimoniais do Duplo Centenário nunca seriam sincrónicos em termos geográficos, à escala imperial (por exemplo, Portugal e Timor nunca estiveram sob a mesma simultaneidade temporal); de modo análogo podemos perguntar o que fazia coincidir temporalmente Guimarães e Bissau, Lisboa e Macau, Goa e Luanda, Praia, Lourenço Marques e São Tomé e Príncipe? Só a imaginação comemorativa. A conotação atribuída a Guimarães e ao seu castelo como lugares da história e da memória remota da Fundação não tinha nenhuma relação memorial com esses espaços coloniais acima mencionados. Primeiro porque o império não tinha a mesma genealogia histórica e cronológica que a metrópole colonizadora;

(24) *Moçambique – Documentário Trimestral*, n.º 22, Abril – Maio – Junho, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1940, 93-101.

segundo porque os territórios coloniais eram distintos e tinham historicidades dissemelhantes, mesmo quando a perspectiva hipnótica das narrativas totalizantes acerca do império e da unidade imperial tentava criar e alimentar a ilusão da homogeneidade; terceiro porque tratando-se de territórios forjados com factuaisidades e acontecimentos totalmente díspares, os regimes de tempo com base nos quais eram organizadas as histórias e as memórias desses lugares diferiam largamente entre si.

Deste ponto de vista, a sintonia comemorativa induzida com o ciclo medieval (inaugurado a partir do castelo de Guimarães para todo o império) era uma encenação política da história. A Fundação de Portugal e o período da Idade Média estavam a ser evocados não apenas como categorias de interpretação de uma história nacional geograficamente situada, mas também como moldura interpretativa mais abrangente, suscetível de influenciar o entendimento público acerca da história de cada colônia e do próprio império como um todo. Significa que a Fundação de Portugal e o período medieval estavam a ser evocados e mobilizados como referências temporais e mnemónicas para perfilhar as sociedades colonizadas com a narrativa histórica da metrópole colonizadora; e as colónias, com efeito, estavam a ser enlaçadas com alusões medievais portuguesas, como se estas traduzissem um entendimento narrativo e temporal comum capaz de agregar numa única história todos os espaços que compunham o império. Deste modo, os territórios e as sociedades africanas estavam a ser abarcados com noções eurocêntricas de periodização histórica e com modelos lineares de interpretar a origem da nação, dos povos e dos lugares. Este facto, em consequência, acabava por silenciar os entendimentos históricos locais, as experiências de tempo e as significações memoriais que os diferentes povos das colónias produziam acerca de si e das narrativas africanas de fundação a que estavam vinculados e com base nas quais concebiam as suas respetivas genealogias históricas.

Por sua vez, usar o castelo de Guimarães como lugar crucial de inauguração do ciclo medieval dos festejos de Portugal para todo o império, era estar a manusear fantasias remanescentes acerca do medievalismo, com vista a impressionar as populações abrangidas pelas comemorações. Este facto revela acerca dos usos públicos e políticos de que as referências à Idade Média foram objeto, por exemplo, no contexto das comemorações históricas contemporâneas⁽²⁵⁾. Mas havia também,

(25) Sobre os usos públicos da Idade Média no Estado Novo veja-se entre outros/as Cavero 2016; Martins 2016.

nesta encenação, uma outra farsa histórica ainda mais complexa: a memória da Fundação estava a ser apresentada como tempo ucrónico primordial a partir do qual foram trazidos para a História todos os povos e territórios do império colonial português. Significa que, além de ocultar, esta visão desconsiderava qualquer outra ideia de tempo histórico fundacional para as populações do império que não seja o tempo histórico da colonização e da história de Portugal.

A gramática comemorativa do Duplo Centenário serviu também de moldura para exercitar outras narrativas memoriais e tentar inscrevê-las como episódios fundadores da história das colónias ou de algumas províncias. Tratava-se de inspirar designações e nomeá-las como traços mnemónicos da história de Portugal nesses lugares. Ao longo do ciclo festivo foram então evocados diferentes eventos e figuras com vista a animar essa dramaturgia comemorativa colonial, tal como atestam alguns exemplos: a evocação do 171.º aniversário da fundação de Díli como capital da colónia de Timor, celebrada no dia 10 de outubro de 1940; a comemoração, a 18 de julho de 1940, do aniversário da tomada de posse (a 18 de julho de 1892) de Joaquim José Machado, primeiro Governador do território de Manica e Sofala, Moçambique; a homenagem em Sofala aos primeiros portugueses que ocuparam Moçambique; a comemoração em Sofala do 433.º aniversário da fundação da Fortaleza de S. Caetano por Pêro de Anaia⁽²⁶⁾; a homenagem a D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, um dos governadores de Angola de meados do século XVIII; a glorificação do esforço militar português nas campanhas de ocupação colonial da região de Dombe Grande, em Benguela; a evocação do 53.º aniversário da data (1887) considerada como marco originário da cidade da Beira (Moçambique), entre outros factos⁽²⁷⁾.

(26) Pêro de Anaia foi o primeiro capitão-mor de Sofala, povoação da costa oriental africana situada no litoral de Moçambique. Foi enviado em Maio de 1505 pelo rei português D. Manuel I à costa moçambicana para construir uma fortaleza em Sofala, destinada a proteger o comércio de ouro e os interesses portugueses na região. Cf. Lisboa, João L. (1994). "Pêro Anaia" e "Sofala", in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Volume I e Volume II. Lisboa: Caminho, 1994, 64 e 997-998, respetivamente.

(27) *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVII, n.º 187 (Dedicado às comemorações centenárias da Fundação e da Restauração Nacional, na Metrópole e no Império, 1140, 1640, 1940), Janeiro, 1941, 258-262, 283-288; *Moçambique – Documentário Trimestral*, n.º 23, Julho – Agosto – Setembro, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1940, 139-140; *Notícias da Beira*, n.º 2526, 15 de Agosto de 1940, 1.

Em sede crítica, várias ilações podemos colher deste artifício, mas cinjamos a destacar apenas três, com grande nível de plausibilidade. A primeira (e mais imediata): as comemorações realizadas nas colónias não tinham nenhuma relação direta (nem indireta) com a memória da Fundação e da Restauração, mesmo quando estavam enquadradas dentro do repertório programático das festas do Duplo Centenário. Segunda: todos esses artifícios de rememoração pública remetiam para vultos masculinos e referencialidades memoriais exclusivamente portuguesas, tanto na exaltação dos factos como na centralidade consignada aos seus protagonistas. Terceira: as comemorações históricas estavam a ser manuseadas como artifício de escrita da história dos territórios que elas visavam, colonizando o tempo e os espaços implicados na medida em que exaltavam sempre a componente metropolitana no modo de interpretar os processos históricos, de enquadrar os episódios evocados e de explicar as motivações das figuras que os protagonizaram. Por isso, comemorar a Fundação de Portugal nas colónias era, em termos tautológicos, um ato glorificador da colonização, da potência colonizadora e do regime político que a dirigia.

Outros expedientes coloniais estiveram também alojados no bojo das festas centenárias de 1940. A inauguração de obras e de melhoramentos públicos constituía, por exemplo, um deles: o padrão comemorativo dedicado à memória da criação do posto militar de Aruângia, na cidade da Beira (Moçambique); o padrão comemorativo na Fortaleza de S. Caetano, em Sofala, Moçambique; a placa toponímica “Rua General Machado”, na Beira; o lançamento da primeira pedra ao monumento-padrão ao Infante D. Henrique, no Lobito (Angola); o traçado de estradas, troço de caminho de ferro, faixa de aeródromo, pontes, escolas, postos sanitários, moradias, edificação e restauro de obras religiosas (igrejas, capelas, catedrais e templos), etc. Essas realizações (e outras não mencionadas, obviamente) foram executadas de forma dispersa ao longo do período comemorativo, sobretudo nas colónias de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe⁽²⁸⁾. Mas não é na qualidade de artefactos materiais ou execuções portentosas que elas são aqui convocadas para a análise. Elas interessam-nos aqui, fundamentalmente, como marcas e trilhos da vida física do colonialismo; como dispositivos do repertório imperial.

(28) *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVII, n.º 187 (Dedicado às comemorações centenárias da Fundação e da Restauração Nacional, na Metrópole e no Império, 1140, 1640, 1940), Janeiro, 1941.

Enquadradas como motivo e, ao mesmo tempo, como produto dos festejos, as inaugurações de obras e melhoramentos eram apresentadas como uma espécie de garantia empírica da missão colonizadora portuguesa em África: o brinde capaz de testemunhar, aos olhos de todos, a suposta benevolência sacrificial do ato de colonizar porque, tal como afirmou o então Ministro das colónias, Francisco Vieira Machado, «colonizar é, para nós, portugueses, um verdadeiro e contínuo acto de amor»⁽²⁹⁾. Neste sentido, as obras e os melhoramentos públicos serviam para adornar o projeto colonial e imperial. De modo análogo, serviam para estimular horizontes de expectativas e alimentar várias aspirações (materiais, simbólicas e outras) que poderiam advir da crença dos nativos nas promessas da colonização. Daí, nesse enredo, as comemorações nada mais eram do que encenações destinadas a animar o fecundo viveiro das expectativas coloniais e imperiais. Por este motivo, as inaugurações eram partes constitutivas do repertório da ideologia imperial e da vasta panóplia do discurso propagandístico do regime que as executava. Ademais, os promotores das comemorações não estiveram alheios a esse desígnio e, sem artifício nas palavras, sugeriram: «que os Centenários fôssem comemorados com realizações materiais»⁽³⁰⁾.

As comemorações serviam também para persuadir a população acerca da suposta benevolência das políticas de administração colonial e do regime que as presidia. Esta avaliação é-nos confirmada pelas palavras de José António Nunes de Andrade, então Comandante e Tenente de Artilharia na ilha de São Vicente, colónia de Cabo Verde. Segundo ele,

O govêrno do nosso país tem sido de tal maneira acertado que mereceu a admiração de todos os países estrangeiros. A administração das nossas Colónias é perfeita e pela nossa acção inteligente continuamos a merecer o título de Nação mais civilizada do mundo. Nada temos de copiar dos estrangeiros pois os portugueses, quer metropolitanos, quer coloniais, são mais felizes do que qualquer outro povo⁽³¹⁾.

(29) «Discurso de Sua Excelência o Ministro das Colónias», in *Congresso do Mundo Português*, Volume XIX, *Programas, Discursos e Mensagens*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940, 223.

(30) *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVII, n.º 187 (Dedicado às comemorações centenárias da Fundação e da Restauração Nacional, na Metrópole e no Império, 1140, 1640, 1940), Janeiro, 1941, 260, 273.

(31) *A Colónia de Cabo Verde, Número Único e Especial: Folha Comemorativa da Passagem do Duplo Centenário da Fundação e Restauração da Independência de Portugal*, Praia: Minerva de Cabo Verde, 1940, s.p.

Pretendia-se inculcar no entendimento público a ideia de que Portugal e o seu império colonial estavam perante uma nova aurora redentora. Por exemplo, num artigo publicado em Moçambique no jornal *Notícias da Beira*, Augusto da Costa reforçou essa ideia através de uma pergunta que continha já em si a resposta imediata: «A quem se deve o milagre? A Salazar, primeiro, [e] aos seus colaboradores na pasta das colónias» (Costa 1940: 4). Assim posta a questão, podemos ainda acrescentar que as comemorações estavam a rubricar (direta e indiretamente) o culto dos ‘grandes homens’, ou seja, o enaltecimento daqueles vultos cuja liderança era vista como personificação da vontade coletiva, neste caso, nacional e imperial. Portanto, com obras materiais, protocolos cerimoniais e outros traços da vida física da ação colonial produzidos no contexto das comemorações, as autoridades estavam a reforçar no imaginário social o conceito de colonialismo como missão.

Finamente, resta afirmar que, além de cumprirem funções propagandísticas, as inaugurações eram também ocasiões através das quais as autoridades assentavam os seus discursos, reforçavam as suas posições de privilégio, geriam as suas visibilidades como personificações do poder colonial dominante e renovavam a mitologia imperial e o colonialismo. Refira-se que a pompa das inaugurações vivia, paradoxalmente, daquilo que ela ocultava, a saber, a exploração da mão-de-obra nativa, a apropriação dos espaços e dos recursos naturais das colónias, as segregações que presidiam os usos públicos dessas realizações materiais, etc. Porque os naturais das colónias eram, de facto, os que menos beneficiavam dessas obras materiais para as quais assaz contribuíam com as suas forças de trabalho. Mas há ainda um outro facto da fenomenologia das inaugurações que merece aqui alguma atenção. As realizações materiais eram a marca física do colonialismo. Elas assinalavam, aos olhos do público, a ordem do tempo colonial, isto é, o *antes* e o *depois* característico das transformações que as próprias obras inauguradas criavam no tempo e no espaço imperial. Por isso, as realizações materiais colonizam o tempo, na medida em que constituem traços visíveis que remetem para o período da ação colonizadora; e saturam os espaços porque introduzem alterações no panorama dos territórios coloniais: moldam a fisionomia dos lugares, inscrevem em pedra, bronze e outros materiais os valores e as visões dos dominadores, afirmam a autoridade, o poder, a reverência e prescrevem aos dominados várias formas (implícitas e explícitas) de submissão.

Conclusão

As comemorações históricas são dispositivos de produção de interações, a diferentes níveis, entre sujeitos, acontecimentos e lugares. As interlocuções produzidas entre a metrópole e as colónias no contexto das celebrações do Duplo Centenário ilustram esta asserção. As comemorações foram postas em ação para validar o colonialismo, funcionalizar relações de domínio e difundir o mito da autoridade histórica da metrópole colonizadora. De modo análogo, as celebrações sugeriram várias geometrias de subordinação, articulando diferentes escalas de relações de poder entre o doméstico, o nacional e o imperial. O Duplo Centenário colocou também em cena a fantasia da sincronização comemorativa entre a metrópole e o império. Ao mesmo tempo, serviu de pretexto para colocar em correspondência vários discursos memoriais, inclusive, sobre tópicos que não tinham nenhuma relação direta, nem com a história da Fundação, nem com a história e a memória da Restauração. Como corolário, a discursividade comemorativa silenciou o tempo histórico das sociedades colonizadas, ao impor uma narrativa fundadora de cariz lusa e eurocêntrica como forma de manter as colónias sob o domínio cultural e político da memória histórica da metrópole.

Chegado a este ponto, a questão crucial ainda permanece: afinal, o que é que a história da Fundação de Portugal tinha a ver com as colónias e com o império? Basicamente nada, apenas o facto de Portugal ser a potência colonizadora que tinha sob o seu domínio as colónias e as populações desses territórios. Mas não só. À luz da crítica do tempo é sabido que as historicidades da fundação de Portugal e do império nunca foram coincidentes, nem semelhantes. Refira-se que o Duplo Centenário (com todo o seu repertório formal e decorativo) foi o pretexto para o Estado Novo criar e gerir várias formas de legitimação. A começar, desde logo, pela produção de uma imagem idílica de Portugal, do seu império e do Estado Novo salazarista. Esta imagem destinava-se a reforçar o poder do regime e a demarcar Portugal do quadro de uma Europa assombrada pelo espectro da Segunda Guerra Mundial. Por sua vez, as comemorações contribuíram também para encenar várias formas de visibilidade do poder colonial dominante. E no contexto do império e do colonialismo, tais encenações emprestavam aos dominadores o valor de autoridade que, com

efeito, a teatralização do espetáculo comemorativo difundia entre os colonizados e as restantes figuras do mundo colonial.

Vistas a partir do ponto de observação colonial, tanto a memória da Fundação como a da Restauração estiveram praticamente secundarizadas (quando não ausentes ou simplesmente silenciadas). A maioria dos assuntos reverberados nos festejos realizados nas colónias não dizia respeito em nada, nem à história da Fundação de Portugal, nem à memória propriamente dita da Restauração da independência. O que predominou foi sobretudo a tentativa de veicular a imagem do Estado Novo como nova aurora redentora da (re)fundação de Portugal e de restauração do seu desígnio nacional, colonial e imperial.

Finalmente, resta dizer que os promotores das comemorações estavam cientes das lacunas históricas que fendiam a montagem de um Duplo Centenário. Todavia, fabricado o consenso na metrópole, a gramática comemorativa foi transplantada e imposta à escala imperial, desconsiderando conscientemente todos os atropelos cronológicos e interpretativos subjacentes. Todas as omissões desse processo foram voluntárias. Significa que os comemoradores impuseram e transferiram deliberadamente para as colónias toda a espessura dos anacronismos e das imprecisões históricas sediadas no arranjo das festas centenárias de 1940.

Fontes e Bibliografia

Fontes impressas

- A. J. (1938). “Uma ideia em marcha”, *Diário da Manhã*, 20 de Abril, 1. *Boletim Geral das Colónias* (1938, 1939, 1941).
- Boavida, Padre Manuel da Cruz (1939). “O Espírito Missionário de Portugal”, *Ocidente – Revista Portuguesa*, n.º 11, Vol. IV, Março, 425-436.
- Costa, Augusto da (1940). “Os Resultados da Política Imperial de Salazar”, *Notícias da Beira*, n.º 2514, 4 de Julho, 4.
- Costa, E. A Ramos da (1940). *História da Sociedade Histórica da Independência de Portugal 1861 a 1940*. Lisboa: s.e.
- Dantas, Júlio (s.d.). “Discurso Inaugural das Comemorações Centenárias. Pronunciado na Assembleia Nacional, em sessão solene, na noite de 2 de Junho de 1940”, in Júlio Dantas, *Discursos*. Lisboa: Livraria Bertrand, 159-171.

- Ferro, António (1939). “Carta Aberta aos Portugueses de 1940”, *Revista dos Centenários*, Ano I, n.º 1, 31 de Janeiro de 1939, 19-23.
- R. (1887). “A Família Real no Norte do Reino VIII”, *Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 10.º Anno, Volume X, n.º 324, Lisboa, 21 de Dezembro, 282-286.
- Rodrigues, Manoel M. (1885). “Projecto do Monumento a D. Affonso Henriques em Guimarães”, *Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 8.º Anno, Volume VIII, n.º 252, Lisboa, 21 de Dezembro, 282.
- Rodrigues, Manuel M. (1887). “Estatua de D. Affonso Henriques por Soares dos Reis”, *Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 10.º Anno, Volume X, n.º 296, Lisboa, 11 de Março, 58-59.
- Salazar, Oliveira (1943). *Discursos e Notas Políticas*, Volume III (1938-1943), 2ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora.
- « - » (1939). “Independência de Portugal (Nota Oficiosa da Presidência do Conselho)”, *Revista dos Centenários*, Ano I, n.º 1, 31 de Janeiro, 2-7.

Estudos

- Acciaiuoli, Margarida (1998). *Exposições do Estado Novo 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Anderson, Benedict (2006 [1983]). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London/New York: Verso.
- Andrade, Luís Oliveira (2001). *História e Memória. A Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*. Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2001.
- Andrade, Luís Oliveira, Torgal, Luís Reis (2012). *Feriados em Portugal: Tempos de Memória e de Sociabilidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ball, Jeremy (2018). “Staging of Memory: Monuments, Commemoration, and Demarcation of Portuguese Space in Colonial Angola”, *Journal of Southern African Studies*, Vol. 44, n.º 1, 77-96.
- Barros, Víctor (2019). *Comemorações da Memória do Império nas Colónias Durante o Estado Novo: Usos Públicos da História, Colonialismo e Colonização de Imaginários* [Tese de Doutoramento em Estudos Contemporâneos], Instituto de Investigação Interdisciplinar/Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX. Coimbra: Universidade de Coimbra.

- « – » (2017). “A escrita da história da ‘descoberta’ de Cabo Verde. Fabulário cronográfico, história oficial ou fabricação do consentimento?”, *Práticas da História: Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 5, 75-113.
- « – » (2015). “Portugal e as Comemorações aos Mortos da Grande Guerra em Angola e Moçambique”, *Revista Portuguesa de História*, Tomo XLVI, 301-325.
- « – » (2012). “As Comemorações do Império nas Colónias: Estratégias de Reprodução e Imaginação de Escalas Fronteiriças”, in Marçal de Menezes Paredes (org.), *Portugal, Brasil, África: História, identidades e fronteiras*. São Leopoldo/RS (Brasil): Oikos, 65-100.
- « – » (2011). “Império, colonialismo e pós-colonialismo: os jardins da memória e as melancolias da crítica histórica contemporânea”, *Estudos do Século XX*, n.º 11, 301-317.
- « – » (2011a). “Cabo Verde na Memória do Império: A Filatelia na Simbologia das Comemorações”, in Isabel Maria Valente e João Rui Pita (eds.), *História e Filatelia – I*. Coimbra: CEIS20 – Universidade de Coimbra/Secção Filatélica da Associação Académica de Coimbra, 11-17.
- Belo, Maria, Alão, Ana Paula, Cabral, Iolanda Neves (1987). “O Estado Novo e as Mulheres”, in *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, Volume II. Lisboa: Editorial Fragmentos, 263-279.
- Brito, Ricardo de (2011). “A presença e o papel da religião nas Comemorações Centenárias de 1940”, *Lusitania Sacra*, 24 (Julho-Dezembro), 263-276.
- Catroga, Fernando (2001). *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora.
- « – » (1998). “Ritualizações da História”, in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes, Fernando Catroga (orgs.), *História da História em Portugal Séculos XIX – XX*, Volume II, *Da Historiografia à Memória Histórica*. Lisboa: Temas e Debates, 221-361.
- « – » (1985). “Nacionalismo e Ecumenismo. A Questão Ibérica na Segunda Metade do Século XIX”, *Cultura, História e Filosofia*, Volume IV, 419-463.
- Cantier, Jacques, Jennings, Éric dirs. (2004). *L’Empire Colonial sous Vichy*. Paris: Odile Jacob.
- Cavero, Alicia Miguélez (2016). “Riding Across Time and Space: A Case Study of the Political Uses of Medieval Images in Portugal During the Estado Novo”, *Visual Resources: An International Journal on Images and their Uses*, Volume 32, Issue 1-2, 124-144.

- Corkill, David, Almeida, José Carlos Pina (2009). "Commemoration and Propaganda in Salazar's Portugal: The "Mundo Português" Exposition of 1940", *Journal of Contemporary History*, Vol. 44, n.º 3, 381-399.
- Cubitt, Geoffrey (2007). *History and Memory*. Manchester and New York: Manchester University Press.
- Cunha, Luís (2001). *A Nação nas Malhas da sua Identidade: O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional*. Porto: Edições Afrontamento.
- Faught, C. Brad (2011). *The New A – Z of Empire: A Concise Handbook of British Imperial History*. London/New York: I.B. Tauris Publishers.
- Ferreira, Paulo Bruno Rodrigues (2016). *Iberismo, Hispanismo e os seus Contrários: Portugal e Espanha (1908-1931)*, [Tese de Doutoramento em História Contemporânea, policopiada], Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Garcia, José Luís Lima (2011). *Ideologia e Propaganda Colonial no Estado Novo: Da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar 1924-1974* [Tese de Doutoramento em História, História Contemporânea], Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Gillis, John R. (1996). "Memory and Identity: The History of a Relationship", in John R. Gillis (ed.), *Commemorations: The Politics of National Identity*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 3-24.
- Haffemayer, Stéphane, Marpeau, Benoit, Verlaine, Julie dirs. (2012). *Le Spectacle de l'Histoire*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Halbwachs, Maurice (1994). *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. [Postface de Gérard Namer]. Paris: Éditions Albin Michel.
- Jennings, Eric (2004). *Vichy sous les Tropiques: La Révolution Nationale à Madagascar, en Guadeloupe, en Indochine 1940-1944*. Paris: Grasset.
- João, Maria Isabel (2002). *Memória e Império: Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Lowenthal, David (1996). "Identity, Heritage, and History", in John R. Gillis (ed.), *Commemorations: The Politics of National Identity*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 41-57.
- Martins, Pedro Alexandre Guerreiro (2016). *History, Nation and Politics: The Middle Ages in Modern Portugal (1890-1947)* [Tese de Doutoramento em História Contemporânea], Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

- Matos, Patrícia Ferraz de (2012). *As Côres do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Matos, Sérgio Campos (2017). *Iberismos: Nação e Transnação, Portugal e Espanha c.1807 – c.1931*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- « – » (2008). *Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- « – » (2007). “Conceitos de Iberismo em Portugal”, *Revista de História das Ideias*, Volume 28, 169-193.
- « – » (2006). “Iberismo e Identidade Nacional (1851-1910)”, *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, n.º 14, 349-400.
- Mattoso, José (2015). *Identificação de um País: Oposição, Composição: Ensaio Sobre as Origens de Portugal 1096-1325*. Lisboa: Temas e Debates.
- Mosse, George L. (1975). *The Nationalization of the Masses: Political Symbolism and Massa Movements in Germany from the Napoleonic Wars Through the Third Reich*. New York: Howard Fertig.
- Neves, Helena, Calado, Maria (2001). *O Estado Novo e as Mulheres: O Género como Investimento Ideológico e de Mobilização*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Nora, Pierre (1992), “L’Ère de la Commémoration”, in Pierre Nora (dir.), *Les Lieux de Mémoire III, Les France*. 3. *De L’Archive à L’Emblème*. Paris: Gallimard, 975-1012.
- Oliveira, Sarah Luna de (2014). *A Exploração Simbólica do Brasil em Defesa do Império Lusitano: Uma Análise das Comemorações Cívicas e da Literatura Escolar Portuguesa (1880-1960)* [Tese de Doutoramento em Altos Estudos em História – Época Contemporânea, policopiada], Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Paredes, Marçal de Menezes (2013). *Configurações Luso-Brasileiras: Fronteiras Culturais, Demarcações da História e Escalas Identitárias (1870-1910)*. Deutschland/Niemcy: Novas Edições Acadêmicas.
- Paulo, Heloísa (2000). «*Aqui Também é Portugal*». *A Colônia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Pereira, Maria da Conceição Meireles (2010). “Iberismo e Nacionalismo em Portugal: Da Regeneração à República. Entre Utopia e Distopia”, *Revista de História das Ideias*, Volume 31, 257-284.
- « – » (2007). “O 1.º de Dezembro – Memória e Liturgia Cívica na 2.ª Metade de Oitocentos”, *Revista de História das Ideias*, Volume 28, 129-167.

- Pimentel, Irene F. (2001). *História das Organizações Femininas do Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates.
- Ribeiro, Maria Manuela Tavares (1993). "O Centenário Henriquino. Imagens e Ideologia", *Revista de História das Ideias*, Vol. 15, 331-378.
- Ricoeur, Paul (2000). *La Mémoire l'Histoire, l'Oubli*. Paris: Éditions du Seuil.
- Silva, Isabel Corrêa da (2013). *Espelho Fraternal. O Brasil e o Republicanismo Português na Transição para o Século XX*, 1.^a edição. Lisboa: Divina Comédia Editores.
- Silva, Júlio Joaquim Rodrigues da (2011). "História e Historiografia em Júlio Dantas", *Estudos do Século XX*, n.º 11, 262-280.
- Thomaz, Omar Ribeiro (2002). *Ecos do Atlântico Sul: Representações Sobre o Terceiro Império Português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fapesp.
- Torgal, Luís Reis (1989). *História e Ideologia*. Coimbra: Minerva.
- « - » (1982). *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, Volume II. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- « - » (1981). *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, Volume I. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- « - » (1977). "A Restauração: Breves Reflexões sobre a sua Historiografia", *Revista de História das Ideias*, Vol. I, 23-40.
- Vargaftig, Nadia (2016). *Des Empires en Carton. Les Expositions Coloniales au Portugal et en Italie (1918-1940)*. Madrid: Casa de Velázquez.
- Verheij, Gerbert (2011). *Monumentalidade e espaço público em Lourenço Marques nas décadas de 1930 e 1940: Dois casos de estudo* [Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, policopiada], Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Zerubavel, Eviatar (2012). *Ancestors and Relatives: Genealogy, Identity, and Community*. New York: Oxford University Press.

